

REPRODUÇÃO FEMININA E SAÚDE SOB OS OLHARES DE MULHERES SEM FILHOS

FEMALE REPRODUCTION AND HEALTH UNDER THE LOOKS OF WOMEN WITHOUT CHILDREN

REPRODUCCIÓN FEMENINA Y SALUD DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS MUJERES SIN HIJOS

Jacqueline Simone de Almeida Machado ¹
Claudia Maria de Mattos Penna ²

¹ Psicóloga. Doutoranda. Professora. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Escola de Enfermagem – EE. Belo Horizonte, MG – Brasil.

² Enfermeira. Doutora em Filosofia. Professora. UFMG, EE. Belo Horizonte, MG – Brasil.

Autor Correspondente: Jacqueline Simone de Almeida Machado. E-mail: jack.machado@hotmail.com
Submetido em: 27/06/2016 Aprovado em: 25/08/2016

RESUMO

Trata-se de estudo qualitativo, na metodologia história oral temática, fundamentado na sociologia compreensiva do cotidiano, que tem por objetivo compreender a influência da reprodução feminina na construção da identidade de mulheres sem filhos, considerando o olhar sociopolítico da saúde sobre o corpo feminino. Participaram 19 mulheres sem filhos, maiores de 18 anos, em idade reprodutiva nas décadas de 1950 a 2010, que conheçam ou tenham sido atendidas pelas políticas públicas de saúde. Foram escolhidas pela técnica de *snowball*. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas. Utilizou-se a análise de narrativas para tratamento dos dados. Os resultados apresentam uma mudança no papel feminino e no ideal de mulher-mãe. O corpo feminino assume novas formas de subjetivação, dissociando reprodução da sexualidade, e a maternidade aparece como uma escolha. Essas mudanças exigem a implementação ou efetivação de políticas públicas já existentes que atendam às mulheres em outras perspectivas que não apenas nos aspectos reprodutivos ou ciclo gravídico-puerperal. **Palavras-chave:** Feminino; Identidade de Gênero; Reprodução.

ABSTRACT

This is a qualitative study, Thematic Oral history methodology, based on Comprehensive Sociology of everyday life that aims to understand the influence of female reproduction in the construction of the identity of women without children, whereas the socio-political look of health on the female body. Participated in nineteen childless women over the age of 18 years, of reproductive age in the decades of 1950 to 2010, which meet or have been met by public health policies. They were chosen by the snowball technique. Data collection was done using semi-structured interviews. Using the analysis of narratives to the processing of data. The results show a change in the female role and the ideal of woman-mother. The female body assumes new forms of subjectivization, decoupling reproduction of sexuality and motherhood appears as a choice. These changes require the implementation or effectiveness of existing public policies to meet women in other perspectives, not just reproductive aspects or gravid-puerperal cycle.

Keywords: Female; Gender Identity; Reproduction.

RESUMEN

Se trata de un estudio cualitativo, respaldado en la metodología de la historia oral temática, basada en la sociología comprensiva de la vida cotidiana que busca comprender la influencia de la reproducción femenina en la construcción de la identidad de las mujeres sin hijos, considerando el aspecto socio-político de la salud sobre el cuerpo femenino. Participaron diecinueve mujeres sin hijos, mayores de 18 años, edad reproductiva en las décadas de 1950 a 2010, atendidas por la salud pública. La selección de las participantes se realizó mediante la técnica de bola de nieve y la recogida de datos por entrevistas semiestructuradas. Se utilizó el análisis de las narrativas para el procesamiento de datos. Los resultados muestran un cambio en el papel femenino y en el ideal de la mujer-madre. El cuerpo femenino asume nuevas formas de subjetivación, disociando la reproducción de la sexualidad y la maternidad surge como una opción. Estos cambios requieren la implementación o efectividad de las políticas públicas existentes que atiendan a las mujeres desde otras perspectivas y no sólo en los aspectos reproductivos, en el embarazo y en el parto.

Palabras clave: Femenino; Identidad de Gênero; Reproducción.

Como citar este artigo:

Machado JSA, Penna CMM. Reprodução feminina e saúde sob os olhares de mulheres sem filhos. REME – Rev Min Enferm. 2016; [citado em ____]; 20:e972. Disponível em: ____ DOI: 10.5935/1415-2762.20160042

INTRODUÇÃO

O corpo caracteriza-se por diversas representações, além de sua definição como organismo natural, uma vez que ele é estudado pela Biologia, pela Medicina, pela Sociologia, pelas Artes e por outras áreas do conhecimento humano, pois ele reflete um momento histórico e, portanto, é influenciado pelo movimento da sociedade.¹

No início da modernidade, o corpo da mulher era representado pela anatomia com um crânio pequeno devido ao menor grau de inteligência e pelve larga devida à capacidade reprodutiva, ou seja, a mulher era um ser sem desejos ou vontades, todavia, responsável pela perpetuação da espécie.² Essa condição de corpo reprodutivo atribuiu à maternidade a função inerente ao feminino, garantindo à mulher o reconhecimento social.

Os aspectos históricos contribuíram para definir o ideal feminino de mulher-mãe. Confunde-se determinismo social com determinismo biológico e a mulher ainda é vista pela sua capacidade de gerar filhos.³ A maternidade foi socialmente construída e desde a Antiguidade é símbolo importante e definidor da identidade feminina. Tal condição legitima-se por meio dos discursos religiosos, filosóficos, médicos, científicos e políticos. Dessa forma, a maternidade é valorizada ou modificada no âmbito sociocultural, a partir de interesses sociais, econômicos, demográficos e políticos.⁴

O progresso científico, as conquistas políticas, sociais e econômicas do século XIX permitiram que as mulheres comesçassem a transformar o papel feminino, construindo a noção de feminilidade, configurando-a numa dimensão psíquica, social e biológica. Ressalta-se, portanto, que o corpo não é apenas um organismo biológico, mas que se constitui de representações individuais e coletivas, resultado da construção simbólica e subjetiva e do processo de relações.^{1,2}

No início do século XX, o corpo é o centro do cotidiano, sobre ele vai incidir um conjunto de discursos que o definem. Esteticamente, privilegiado pela mulher na construção de sua própria identidade, ele é objeto de exposição e interferências. Na visão foucaultiana, é no corpo que se inicia o controle social, sobre ele e, principalmente, no feminino instituem-se saberes e normas, pois o poder penetra nos corpos e produz subjetividades.⁵ Reafirma-se por ser uma construção social, que o corpo é produzido historicamente tanto no coletivo quanto individualmente.⁶

A construção do feminino faz-se nas instâncias do social, passando pela representação dos corpos, da sexualidade e das relações de sexo, nas quais as relações de poder, no sentido foucaultiano, produzem normas que influenciam ou pretendem determinar a identidade feminina. Essa construção se dá pelos processos de subjetivação que acontecem no dia a dia.

O cotidiano é definido pela maneira de viver de cada pessoa e do coletivo, o saber-fazer, saber-dizer e saber-viver. A vida não se reduz ao sujeito individual, mas ressurgem na socialidade

como uma espécie de empatia comunalizada⁷, ou seja, a experiência coletiva acontece no dia a dia e é o conhecimento comum que alicerça essa construção. Deve-se compreender a existência feminina a partir dos aspectos cotidianos, das ações subjetivas dos sujeitos nos seus ambientes de vivência coletiva, pois a experiência comum é parte fundamental da trama societal. Numa análise social, os aspectos do sentimento e do imaginário são valorizados e o imaginário individual corresponde ao imaginário do grupo no qual o indivíduo se encontra inserido. A vida social é feita de emoções, sentimentos e afetos compartilhados, na qual a subjetividade se ancora e introjeta os valores coletivos.⁸

Em meados do século XX, os movimentos feministas levaram a certa desobrigação em relação a ser mãe e suas discussões desvelaram a metáfora materna ao avaliar a discussão da biologia e do corpo feminino, considerando a maternidade como forma de domínio patriarcal.⁹ Novas concepções estabelecem-se, então, nas relações de sexo a partir desse movimento, que nas décadas de 1960 e 1970 incentivam o planejamento familiar e o controle de natalidade.¹⁰ As mulheres passaram a contar com a ajuda dos métodos contraceptivos e a responsabilizarem-se por sua sexualidade, optarem por ter ou não filhos, rejeitando um papel valorizado simplesmente pelo fato de ser mulher. Mas a ideia de maternidade como condição feminina permanece no imaginário social, e até mesmo nas práticas de saúde prevalece a noção de reprodução como dever e como desejo intrínseco das mulheres, as quais ainda são percebidas, principalmente, como mães, reprodutoras e nutrizes pelas políticas e programas governamentais de saúde para mulheres.¹¹

As práticas e discursos advindos das políticas e programas de saúde da mulher determinam um modelo de ser e de exercer a maternidade. Embora na atualidade o exercício de diferentes papéis seja preponderante, a sua capacidade reprodutiva é ainda privilegiada na atenção à saúde, pois esta se fundamenta em programas para assistir a mulher que é mãe,¹² utilizando “microtecnologias de constituição das subjetividades da mulher/mãe.”⁹

Ainda há supervalorização do corpo reprodutivo, pelo privilégio concedido ao corpo biológico. Pelo fato de ser detentora do útero, a mulher acaba sendo identificada pela sua capacidade de reprodução. As imagens da maternidade e do corpo grávido ganham espaço na mídia, reafirmando a identidade feminina relacionada à autorrealização. A maternidade é mostrada como essência dessa identidade e a reprodução como algo inerente à natureza feminina. Ao mesmo tempo, aparece a imagem negativa da mulher sem filhos, opondo-se à valorização da reprodução que identifica a mulher.¹³

Constata-se que os valores, as crenças e os significados produzidos pela cultura influenciaram a construção do papel feminino no imaginário coletivo, nas representações e nas práticas sociais. O corpo reprodutivo agrega valores sociais à identidade feminina, garantindo à mulher um lugar. O fato de ter filhos pro-

duz sentidos para sua vida e sugere um envelhecimento cercado de companhias. Nesse contexto, a escolha por não ser mãe gera cobranças por parte da família, dos amigos e da sociedade, a partir de valores que ainda permeiam o imaginário coletivo. O corpo não reprodutivo torna-se objeto de questionamentos.

Na contemporaneidade, há mais preocupação com as mudanças fisiológicas e estéticas da gravidez. Entretanto, a decisão pela não maternidade pode ser entendida como uma negação da condição de reprodutora, aumentando ainda mais a cobrança sobre a mulher. Outra questão que se estabelece para a mulher é que a ausência de filho ameaça sua velhice, condenando-a à solidão. A escolha posiciona a mulher sem filhos numa situação conflituosa, a saber: de um lado, a não maternidade como desejo, em que o corpo assume outros valores que não apenas o reprodutivo; de outro, a maternidade com todos os benefícios indicados por saberes e normas sociais, atrelada a uma identidade feminina fundada no ideal mulher-mãe.

O corpo feminino, alvo político do biopoder e biopolíticas, tem sua função definida a partir do corpo biológico e do papel social, e a construção da mulher se dá a partir de sua sexualidade.¹⁴ Assim, mesmo com todas as transformações na concepção de corpo e suas diversas representações, o aspecto reprodutivo ainda é determinante para a condição feminina. Esse aspecto é reforçado pelas políticas públicas e pelos programas de saúde.

Este artigo busca, portanto, compreender a influência da reprodução feminina na construção da identidade de mulheres sem filhos, considerando o olhar sociopolítico da saúde sobre o corpo feminino.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo de caráter qualitativo ancorado no referencial metodológico da história oral, que tem o compromisso de registrar relatos e a partir daí apresentar outra visão dos fatos, por dar voz às pessoas que vivenciaram determinadas situações.¹⁵ Este estudo é fundamentado na perspectiva da sociologia compreensiva do cotidiano, de Michel Maffesoli. Ao narrar suas experiências, suas crenças e suas relações interpessoais com o meio, o sujeito revela seu cotidiano, o que deve ser considerado do ponto de vista sociológico e de outras áreas do conhecimento.⁷ Discute-se no presente artigo o corpo reprodutivo subdividido em três categorias: o corpo biológico, o filho como utilidade e o corpo social.

O estudo não teve cenário predeterminado. A amostra foi intencional e as colaboradoras foram escolhidas pela técnica de bola de neve (*snowball*), na qual os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, e assim sucessivamente, até que seja alcançado o ponto de saturação.¹⁶ Participaram da pesquisa 19 mulheres de diferentes idades, profissões, classe socioe-

conômica, estado civil e opção sexual, representantes das décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010, contemplando versões diferentes de colaboradoras, residentes em cidades de pequeno e médio porte e na capital do estado de Minas Gerais.

Os critérios de inclusão preestabelecidos foram: não ter filhos; utilizar ou conhecer programas públicos de atenção à saúde da mulher; ter idade reprodutiva entre a década de 1950, marco do advento das políticas públicas nacionais, e a década atual, 2010; ser maior de 18 anos.

As entrevistas para coleta de dados foram feitas no período de janeiro a março de 2015, de acordo com as seguintes etapas: a) pré-entrevista - convite à colaboradora com informações sobre a pesquisa e solicitação da permissão para registro das narrativas em meio digital; b) entrevista propriamente dita a partir de um roteiro semiestruturado, com questões sobre a identidade feminina, opção por não ser mãe e a relação com os serviços de saúde e políticas e programas voltadas para a mulher. Foram encerradas as entrevistas quando se percebeu a saturação dos dados, sem acréscimo de novas questões referentes ao tema estudado; c) pós-entrevista: após a transcrição dos dados, com a transformação do oral em escrito, o texto foi entregue às colaboradoras para conferência e validação.¹⁵

Cada participante está identificada como colaboradora, seguida do número que representa a ordem em que as entrevistas foram realizadas, e suas idades. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em consonância com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O presente estudo foi aprovado pelo CEPE-UFMG, parecer CAAE 37866014.9.0000.5149, em 27 de novembro de 2014.

Na análise das narrativas, utilizou-se o modelo proposto por Lieblich, Tuval-Maschiach e Zilber. Dessa forma, a leitura de toda narrativa foi feita com enfoque na construção do feminino, maternidade e políticas públicas, pressupondo que o conteúdo de cada uma delas reflete processos de pensamento.¹⁷ Após a análise dos dados coletados, fez-se sua interpretação de acordo com a literatura pertinente para, em seguida, apresentar breve discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados estão organizados em três categorias: o corpo biológico e as mudanças no corpo físico; a ideia de filho como utilidade que preenche um vazio existencial; e o corpo social e a preocupação com o envelhecimento solitário.

O CORPO BIOLÓGICO OU A IMPORTÂNCIA ESTÉTICA DO CORPO VS GRAVIDEZ

Entre as representações do feminino, o corpo físico ou biológico merece destaque. A imagem corporal tem significados

particulares para cada mulher, mas a questão estética está implícita e a relação beleza *versus* magreza é característica da contemporaneidade. A cultura do culto ao corpo, presente na sociedade hoje, dita as normas da beleza e define os padrões do corpo ideal. O medo das alterações no esquema corporal em função da gravidez também aparece na justificativa das colaboradoras, pela não maternidade.

Embora neste estudo a questão tenha sido pouco retratada, considera-se relevante a preocupação com o aspecto físico e biológico, entre outros apresentados:

Outras coisas, por exemplo, aí tirando o financeiro, tem o mundo, o financeiro, a gestação, uma coisa que eu não vejo nada de legal, nada, nada. Eu... a família da minha mãe, que é o tipo físico que eu tenho, é toda muito gordinha, e eu morro de medo, vivo preocupando com meu peso e fico pensando se eu ficar grávida, que trem horroroso que eu vou ficar, não gosto da gravidez, nada de gravidez, eu acho legal, quase nenhuma... O que minhas amigas contam, que eu acompanho sabe, não acho nada legal, nada. Vejo o povo falar: ah, que lindo mulher grávida! Não sei o que eles estão vendo de lindo nessa grávida, então também é uma coisa que eu não gostaria de passar (Colaboradora 12 – casada, 33 anos).

Muitos medos vão permear o imaginário das mulheres, entre eles se encontra o aspecto físico. A preocupação com a estética e com a beleza aparece como uma questão de consumo, pois há a percepção de que o corpo está sujeito à lógica do mercado.

Embora o desejo de um corpo modelo seja compartilhado por várias mulheres¹⁸, essa preocupação não está presente em todas elas:

Não, eu acho que independente de filho, tem a parte de estética que, pra mulher a gente sempre... é quem gosta de se cuidar, tem vaidade, fica com medo de, como dizem, cair tudo, mas isso também, certo ou errado... [...] Tem muitas mulheres que eu vejo, minhas amigas, que superbem resolvidas, tem... ou gordas ou magras tem... são felizes com seus filhos, e outras já acham ruim porque, "ah, engordei, não consigo voltar para o meu corpo". Então a minha questão quanto a isso é tranquila (Colaboradora 14 – casada, 38 anos).

O medo da gravidez ou do parto e a preocupação com as mudanças físicas que a maternidade acarreta podem ou não interferir na escolha da maternidade.

Acho que assim a gente não falou, por exemplo, da questão... eu falei aquela hora do físico, né, no sentido

biológico... a minha decisão também não passa por essa perspectiva assim [...] Medo da transformação do corpo, medo do momento do parto, medo de uma gravidez, por exemplo, complicada ou de uma criança com uma necessidade especial.[...] No meu caso não é... não tem a ver isso, assim, não tenho medo da gestação em si, do que que poderia ser, medo do que poderia vir... não passa mesmo pelo desejo, não tá no campo do... do desejo. [...] assim, eu já escutei de todas as naturezas, então assim, a minha decisão não passa por isso, ela passa por uma questão individual, é uma questão particular (Colaboradora 17- casada, 41 anos).

A contemporaneidade é regida por imperativos de aparência, na qual o corpo deve ser construído a partir de padrões estéticos estabelecidos. Para algumas mulheres, as alterações físicas implícitas numa gravidez não são importantes no momento da escolha pela maternidade ou não maternidade, pois a escolha se liga ao desejo ou não de ser mãe. Outras, entretanto, privilegiam a forma física, pois temem mudanças corporais.

A preocupação com a aparência ancora-se num modelo de corpo ideal que vigora na contemporaneidade. A sociedade de consumo impõe uma moralização da beleza, direcionando os investimentos para o corpo, nas quais as marcas da gravidez são indesejadas. A maternidade não é mais o único ideal feminino. A busca por um corpo magro e jovem reflete as preocupações com as transformações físicas inerentes a ela. As marcas da feminilidade vão desaparecendo do corpo ideal feminino.¹⁹

Imaginários ou reais, esses medos se fazem presentes para muitas mulheres e eles podem influenciar sua decisão de ter ou não filhos, ancorando sua escolha.

É na ideia de corpo feminino que se define um papel, mas não a condição de ser mulher. A recusa à definição da natureza feminina pela maternidade demonstra uma apropriação do corpo, como uma escolha subjetiva, a não conformidade com um modelo preestabelecido. Muitas mulheres vão encontrar realização fora do lar, em outros espaços, vislumbram, portanto, novas possibilidades de realização pessoal e profissional.

Essa constatação permite trazer aqui o questionamento de Badinter³: por que o instinto materno não se manifesta em todas as mulheres, uma vez que muitas se recusam a ser mães? Para a autora, o amor materno, conhecido como instinto feminino, é um mito, algo socialmente construído, pois o que existe é uma pressão social para que a maternidade seja a única possibilidade de realização. Ao caracterizar o instinto materno como mito, pergunta-se se o desejo de ser mãe seria legítimo ou resposta às coerções sociais³.

Assim, torna-se perfeitamente aceitável que a mulher seja normal sem ser mãe e que o amor materno, como todo sentimento humano, seja incerto, frágil e imperfeito.²⁰ A mulher é

um ser histórico dotado de capacidade de simbolizar e o desejo de ser mãe é bastante complexo e difícil de precisar e isolar na intrincada rede de fatores psicológicos e sociais.

O FILHO COMO UTILIDADE

A ideia de que um filho vai garantir companhia para toda a vida é presente no imaginário coletivo. A cobrança social pela maternidade permeia a vida das mulheres sem filhos e a alegação de que o filho vai preencher um vazio ou garantir a realização de desejos da mãe torna-o verdade, ou seja, um objeto útil.

Teve uma época que eu até falei: oh gente, eu vou terminar o mundo, terminar a vida sozinha, ter uma... a gente pensa, chega um certo ponto a gente pensa, tá sozinha, ninguém para ficar comigo, mas tanta gente que tem filho e fala que filho é pro mundo, então acaba... também não sei se isto faria não... mas... mas por achar, eu acho que não. Num teve problema não. Eu acho que eu não vou ter problema não. Qualquer coisa a gente vai para um... um abrigo. [risos] Para uma casa de saúde, um asilo. [risos]. Um asilo chique... [risos]... (Colaboradora 4 – solteira, 60 anos).

O receio de ficar só influencia o pensamento de ter um filho como companhia, ao mesmo tempo, nega tal possibilidade com o indicativo da resolução para o futuro dessa possível solidão.

Estudo sobre a identidade feminina demonstra, nos resultados encontrados, que ter filhos foi considerado uma necessidade, pois o sentimento de estar sozinha é comum em muitas mulheres.²¹ A percepção de filho como necessidade faz-se presente também em relação ao afeto.

Não é tão bom ter filhos? Eu vi você com carinho com sua mãe, eu falei: oh, como é bom ter uma filha. [...] Sinto só falta de uma pessoa perto de mim, que talvez se tivesse filho estaria perto, só. É o fato de eu não ter filhos, mas tenho muitos amigos, inclusive aqui, era uma irmã que eu tinha [...] tenho boas amigas, eu mesma é que não procuro. Devido à minha... meu problema físico eu não visito e sou pouco visitada também... mas isso não me incomoda também não (Colaboradora 9 – viúva, 90 anos).

A vivência materna de amigas contribui para a idealização desse papel. O dizer “eu vi você com carinho com sua mãe, eu falei: oh, como é bom ter uma filha” denota uma “fantasia”, um filho idealizado, que além da companhia, poderia suprir a falta de afeto. Nesse sentido, o filho deve ser bom e amoroso.

A ideia de um filho útil, aquele que vai garantir companhia, a sobrevivência no futuro, embora esteja presente em diversas

narrativas, pode também ser desconstruída pela experiência de terceiros, como ilustrado:

Muita gente, ah, eu não quis ter o meu, mas eu vou adotar, tem muita gente que tem medo de ficar sozinha, mas falei: gente, sozinha? Qualquer... você ter filho não quer dizer que você vai ficar... você ter o filho. A gente vê muita gente morrer sozinha. Hoje eu tenho um amigo, que ele teve quatro filhos, mulher, mas acho que ele andou saltando muito a cerca, hoje ele está no asilo. Filho nenhum quer ele... [...] então eu acho que isto, você ter filho para poder dizer eu não vou morrer sozinha, porque tem muitas mulheres hoje que pensam isto, eu vou ter filho, eu vou casar, mesmo não gostando eu vou casar, porque eu não quero ficar sozinha. Foi uma opção minha não ter filho, foi uma opção minha não casar (Colaboradora 10 – solteira, 52 anos).

A expectativa de receber cuidado e carinho dos filhos nem sempre é correspondida. Não existe uma garantia de que ter filho vai ser realização de desejos ou mesmo preencher espaço, dar a segurança de não se estar só. A percepção das colaboradoras de que não adianta ter um filho para que ele possa ser útil é pertinente às discussões encontradas em estudo sobre filhos cuidadores²², que revela os motivos que os levaram a cuidar dos pais, a culpa por pensar em institucionalização, as dificuldades encontradas por não estarem preparados para o cuidar ou ainda não terem outra escolha.

Mesmo sem garantia de ter a companhia ou o cuidado, essas ideias suscitam dúvidas na hora da escolha da maternidade. Embora a ideia de mulher-mãe ainda esteja presente, “há indícios de mudanças no modo de conceber os eventos reprodutivos”¹³. A noção de reprodução ligada ao corpo feminino permeia o imaginário coletivo, entretanto, entende-se que esse corpo ganha novos contornos e significados. A própria sociedade possibilita às mulheres dimensões variadas de vida além da maternidade. Hoje há uma valorização do exercício profissional da mulher no meio público, o que não exclui o papel de mãe e de esposa, o que marca a transição⁴ da mulher-mãe para a mulher capaz de fazer outras escolhas, como trabalhar fora, etc.

Entende-se que a decisão de não ser mãe, mesmo que seja este o desejo, é complexa, uma vez que desperta sentimentos ambíguos, entre eles a expectativa do papel ou da utilidade que se atribui a um filho. A mulher que opta pela não maternidade precisa refletir a escolha e estar ciente de que filho não é sinônimo de cuidador, de companhia ou mesmo de realização de seus desejos.

O CORPO SOCIAL E A VELHICE

Outra questão citada foi do filho como amparo na velhice. A população brasileira envelhece rapidamente, o que aumenta

as demandas sociais por políticas públicas que possam atender às necessidades desse público. A responsabilidade pelo cuidado do idoso é da família, do Estado e da sociedade, entretanto, na prática, cabe, sobretudo, à família.²³

Sabe-se que o fenômeno do envelhecimento é uma questão social importante e nem o Estado, a família ou os envelhescentes estão preparados para enfrentá-la. Essa preocupação permeou as narrativas, desde o momento que ressaltam a falta do filho como companhia ou segurança na velhice, até a necessidade de se planejar o envelhecimento.

Eu acho, assim, que... que você precisa, como qualquer casal, pensar no seu futuro, construir qual vai ser a possibilidade pro seu envelhecimento, imaginar com quem você poderá contar.[...] Eu acredito muito que é possível você ter uma rede de relacionamentos, de relações, hoje, assim como no futuro, que possa me ajudar a cuidar de mim, sendo meus filhos ou não. Então assim eu não tenho nenhuma preocupação com esse futuro diferente, pelo fato de eu não ter filhos. A preocupação que eu tenho com o futuro eu acho que seria a mesma, com ou sem eles, não é, eu preciso me ver com esse futuro. E eu preciso me preparar pra ele, com ou sem filhos (Colaboradora 17 – casada, 41 anos).

A função de cuidar da mãe idosa ou em situação de vulnerabilidade pode ser feita voluntariamente a partir de acordos verbais ou ainda como obrigação legal, uma vez que, no Brasil, o Estatuto do Idoso prevê “o filho como um dos mantenedores dos pais idosos, tendo direitos e deveres sobre eles”²². Contudo, muitos filhos não estão preparados ou dispostos a exercer esse papel. O tipo de relacionamento entre mãe e filho é um fator importante nesse sentido, mas não determina o exercício dessa função.

Um aspecto interessante a ser ressaltado é que há um processo de feminização da velhice, mais da metade da população idosa é composta de mulheres que, em função disso, são as maiores dependentes de cuidados e das políticas públicas.²³ Essa preocupação se fez presente.

E outra coisa que me preocupa quando você fala das políticas públicas, que é do meu interesse, inclusive, porque historicamente, na nossa cultura, os pais são cuidados pelos filhos, os pais adoecem, ficam velhos [...] Hoje com essa demanda de que todos saiam para o trabalho, existe uma demanda muito maior para as instituições asilares, porque antigamente também as pessoas adoeciam e morriam, hoje elas não morrem, porque os recursos tecnológicos garantem aí um tempo maior de vida [...]. Porque é isto, para nós, não só as mulheres, como os homens também, nós que não temos filhos, o que que será ofer-

tado como cuidado, a não ser um asilo? [...]. E quem não tem filhos? Não tem quem leva... e aí? E a população tá só envelhecendo, e as pessoas estão reduzindo o número de filhos, e até podendo fazer isto, a gente não quer ter filhos... e aí? Então eu fico pensando assim... se são... eu estava pensando estes dias assim... imagina a mulher sem filhos, idosa, e se for pobre, negra e louca [...] porque o recurso se você tem uma aposentadoria legal você vai para uma.. sei lá, você paga um cuidador, um motorista, você vai para uma instituição privada, e como é que fica? É esta questão (Colaboradora 2 – casada, 42 anos).

A preocupação com a velhice, em manter a autonomia ou independência apresentada aqui pelas colaboradoras sem filhos corrobora dados encontrados em estudo sobre a vivência e reflexões da maternidade.²⁴ As colaboradoras relatam que não querem ser dependentes na velhice, mesmo tendo filhos. Elas demonstram, ainda, preocupação com saúde, qualidade de vida e vislumbram novas perspectivas.

A literatura hoje desconstrói essa ideia de essência feminina fundada na missão da maternidade, apresentada em leituras sobre o corpo e a fisiologia da mulher, seus sentimentos, desejos e funcionamentos físicos e psíquicos. Ao desconectar a relação entre origem e finalidade, possibilita-se às mulheres assumirem novas perspectivas e não serem apenas sistemas reprodutivos passivos.²⁵

É possível a uma mulher vivenciar o corpo, em todos os seus aspectos e representações. Não é o corpo reprodutivo que constitui a identidade feminina, ela se constrói nas relações subjetivas que a mulher estabelece consigo mesma, com os outros, com o meio e na medida em que pauta suas escolhas em seu próprio desejo. Portanto, a mulher deve se preparar para a velhice, por si e para si, independentemente de ter ou não filhos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As transformações no papel feminino, as experiências cotidianas da mulher no mercado de trabalho e sua participação ativa na sociedade ampliaram sua autonomia, colocando em questão o ideal mulher-mãe. Ao dissociar a sexualidade da reprodução, o corpo feminino assume novas formas de subjetivação, uma vez que a mulher vislumbra outras perspectivas de vida, não se limitando única e exclusivamente ao papel que lhe é atribuído. A produção de novos sentidos para o corpo imprime sua marca na maternidade, que passa a ser uma possibilidade de escolha, não mais uma condição do sexo.

As experiências narradas revelam que o corpo feminino encontra-se em construção, na medida em que a mulher rejeita o controle e adestramento que lhe foram impostos durante longo tempo. Nessa perspectiva, faz-se necessário repensar o

olhar das políticas públicas para essas mulheres na assistência à saúde, que ainda hoje privilegiam os aspectos reprodutivos e o ciclo gravídico-puerperal. Importante ressaltar que existem políticas que privilegiam outros aspectos da saúde das mulheres, como, por exemplo, saúde das mulheres negras, das mulheres lésbicas, das indígenas, de enfrentamento à violência de sexo. Entretanto, é necessário efetivar sua implantação, pois grande parte não tem adesão ainda no campo da atenção primária à saúde, de forma a atender esses grupos de mulheres que não se relacionam apenas à maternidade ou ao grupo de doenças ligadas ao aparelho reprodutivo.

Espera-se contribuir para ampliar a discussão sobre o tema e pensar novas intervenções que mobilizem os profissionais de saúde, em especial os de enfermagem, para que possam acolher as mulheres sem filhos e garantir a integralidade do cuidado, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde. Entende-se como limitação do trabalho o fato de não ter escutado também as mulheres-mães sobre o corpo feminino.

REFERÊNCIAS

1. Justo AM, Camargo BV. Corpo e cognições sociais. *Liber*. 2013[citado em 2016 maio 20];19(10):21-32. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1729-48272013000100003&script=sci_arttext
2. Santos SMB. O papel do corpo na contemporaneidade, as novas patologias e a escuta analítica. *Rev Psicol Saberes*. 2014[citado em 2016 maio 20];3(3):1-11. Disponível em: http://fepal.org/nuevo/images/193_Baros%20Santos.pdf
3. Badinter E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.
4. Barbosa PZ, Rocha-Coutinho ML. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psic Clin*. 2007[citado em 2016 maio 20];19(1):163-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v19n1/12.pdf>
5. Foucault M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 19ª ed. Rio de Janeiro: Graal; 2010.
6. Novaes JV. Com que corpo eu vou? Sociabilidade e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Pallas; 2010.
7. Maffesoli M. O conhecimento comum. *Compêndio de sociologia compreensiva*. São Paulo: Brasiliense; 1988.
8. Maffesoli M. O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina; 2010.
9. Frassão MCGO. Saúde é só para a mulher mãe: as políticas públicas em questão. In: *Anais do Seminário Fazendo Gênero 9*, 2010. p.1-9. [Citado em 2016 maio 20]. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278287079_ARQUIVO_SAUDEESOPARAAMULHERMAE.pdf.
10. Carvalho FT, Piccinini CA. Aspectos históricos do feminino e do maternal e a infecção pelo HIV em mulheres. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2008[citado em 2016 maio 20];13(6):1889-98. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000600024
11. Vargas EP, Moás LC. Discursos normativos sobre o desejo de ter filhos. *Rev Saúde Pública*. 2010[citado em 2016 maio 20];44(4):758-62. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v44n4/21.pdf>
12. Tomaz R. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. *Galaxia*. 2015[citado em 2016 maio 20];(29):155-66. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/n29/1982-2553-gal-29-0155.pdf>
13. Vargas EP. 'Barrigão à mostra': vicissitudes e valorização do corpo reprodutivo na construção das imagens da gravidez. *Hist Ciênc Saúde*. 2012[citado em 2016 maio 20];19(1):237-58. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000100013
14. Guizzo DC, Invernizzi N. A potencialização das práticas biopolíticas pela tecnologia: novas produções do corpo e gênero feminino. *Rev Artemis*. 2012[citado em 2016 maio 20];5(13):19-28. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/14218/8146>
15. Meihy JCSB. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto; 2011.
16. Baldin N, Munhoz EMB. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). *Rev Eletrônica Mestr Educ Ambient*. 2011[citado em 2016 maio 20];27:46-60. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3193>
17. Lieblich A, Tuval-Mashiach R, Zilber T. Narrative research: reading, analysis and interpretation. Thousand Oaks, CA: Sage; 1998.
18. Pereira VA. Corpo ideal, peso normal: transformações na subjetividade feminina. Curitiba: Juruá; 2010.
19. Brazão MA, Novaes JV, Vilhena J. Quem quer ficar na barriga da mamãe? Sobre a gestação em tempos de culto ao corpo. *Polêmica*. 2012[citado em 2016 maio 20];9(4):43-57. [Citado em 2016 maio 20]. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2819/1946>.
20. Prá JR. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: Rial C, Pedro JM, Arend SMF. *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres; 2010. p.81-101.
21. Vargas EP. A figueira do inferno: os reverses da identidade feminina. *Rev Estud Fem*. 1999[citado em 2016 maio 20];7(1/2):1-20. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/11956/11223>
22. Augusto FME, Silva IP, Ventura MM. Filhos cuidadores: escolha, mudanças e desafios. *Rev Kairos*. 2009[citado em 2016 maio 20];12(2):103-18. Disponível em: http://www.crinorte.org.br/_arquivo/pdf_artigo/22.pdf
23. Kuchemann BA. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Soc Estado*. 2012[citado em 2016 maio 20];27(1):165-80. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000100010
24. Verza F, Schleiniger CS, Gomes GA, Strey MN. Reflexões sobre a maternidade. *Athenea Digital*. 2013[citado em 2016 maio 20];13(3):179-94. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/view/verza-dossantos-schleiniger-et-al>
25. Rago M. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: Costa CL, Schmidt SP. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres; 2004. p.1-14.